

A leitura do livro nos deixa a impressão de que o A. atingiu o objetivo visado: oferecer um balanço inicial do intervencionismo e do dirigismo financeiros. Por isso, preferiu destacar nos processos atuais o vivo contraste que êles oferecem aos métodos chamados clássicos e dominantes no século XIX, quando a passividade do Estado o tornava pura e simplesmente um "produtor de segurança". Hoje, é o próprio LAUFENBURGER quem o diz, "qualquer que seja o regime político e social, o Estado, sob o tríplice aspecto da produção, da circulação e da repartição, limita a liberdade de movimento dos indivíduos e grupos privados. O planismo e o dirigismo se difundem por tôda parte. Os regimes ocidentais e orientais, profundamente diversificados no terreno moral, político e cultural, não se distinguem mais no terreno econômico senão pela extensão e profundidade de sua intervenção". (*Économie financière en trois leçons*, págs., 129-130).

Tais palavras já não envolvem o sentido polêmico que se lhes poderia emprestar há 20 anos atrás. O pensamento político moderno é mais ou menos pacífico neste ponto, como recentemente veio confirmar o Prof. GEORGES BURDEAU ao acentuar que "o liberalismo moderno não é uma filosofia da abstenção sistemática do Estado. Ninguém mais se opõe, mesmo num regime liberal, a uma regulamentação estatal, pois o que distingue os regimes é menos o volume das questões de que se ocupa o Poder do que o espírito segundo o qual elas são resolvidas". E se torna ainda mais explícito quando destaca, em nota comentada, que, atendo-se "ao conteúdo material ou a natureza dos problemas abordados pelos Estados modernos, a amplitude das intervenções governamentais é quase a mesma por tôda parte. A regulamentação dos Estados Unidos não é, em quantidade, muito inferior a regulamentação soviética; numa como noutra a mesma ordem de questões reclama a atenção dos governantes". (*Traité de Science Politique*, Prof. GEORGES BURDEAU, Tome IV, págs. 143 e nota (2). Paris, 1952, Librairie générale de Droit et de Jurisprudence). A diferença reside precisamente, para usarmos da terminologia de MANNHEIM, que num caso se trata de *planificar para a conformidade e uniformidade* e no outro de *planificar (planejar seria melhor) para a liberdade*. — RAUL MACHADO HORTA.

PAUL REBOUD et HENRI GUITTON : *Précis d'Économie Politique* — Librairie Dalloz, Paris, 1951. Neuvième édition, 2 volumes — (1.º vol. 749 págs., 2.º vol. 785 págs.).

Os que estimamos o livro de REBOUD como síntese das mais simples e precisas da Economia Política e que, por isso mesmo, serve de base aos que se iniciam no estudo da disciplina, recebe-

mos com interesse a nova edição, vinda a lume em 1951, com a colaboração de HENRI GUITTON, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Dijon, e que, ainda há pouco, nos dava os admiráveis *Les fluctuations économiques* (nono volume do *Traité* de GAËTAN PIROU) e *L'Objet de l'Économie Politique*. (na "Coleção" dos "Bilans de la Connaissance Économique", dirigida por ROBERT MOSSÉ).

O *Précis* conserva o mesmo feitio da edição anterior (a oitava, para o primeiro volume, de 1939; com "addendum" de 1-7-1948, e a sexta, para o segundo volume, com "addendum" de 20-10-1948). E se, à primeira vista, parece ter mantido a mesma disposição da matéria e a mesma redação, algumas diferenças podem, ser, desde logo, notadas: o capítulo referente ao desenvolvimento do pensamento econômico, p. exemplo (que era o quarto da edição anterior e é o segundo da atual) foi completado com a inclusão de informações, como sempre, claras e sintéticas, sobre o marginalismo, o institucionalismo e o keynesianismo e o pensamento econômico contemporâneo em geral.

O plano de exposição da matéria, adotado à pág. 85, vol. I, compreende: *primeira parte* — os elementos e as condições gerais da vida econômica; *segunda parte* — setores da produção; *terceira parte* — trocas econômicas no quadro nacional; *quarta parte* — trocas econômicas no quadro internacional; *quinta parte* — repartição, ou remuneração dos fatores da produção; *sexta parte* — flutuações econômicas; constituindo as três primeiras partes o primeiro volume e as outras três o segundo.

A primeira parte foi dividida em 2 títulos: o primeiro, com estudo sobre os dados do problema econômico, incluindo capítulos dedicados ao fator humano, o fator natural e o fator instrumental (o capital); e o segundo, sobre os sistemas e regimes econômicos, tratando, em dois capítulos, da oposição dialética dos sistemas econômicos e da sucessão histórica dos regimes econômicos.

A segunda parte constitui a análise dos setores da produção (pré-capitalista, capitalista e extra-capitalista).

A terceira, dedicada à troca econômica no quadro nacional, estuda os preços (incluindo capítulos sobre o valor, as relações entre a oferta, a procura, e os preços, as noções de rendimento e custo, formas do mercado, formação dos preços, movimentos dos preços, etc.), a moeda e o crédito (com estudos sobre os problemas bancários e os problemas monetários) e as bolsas (já no segundo volume).

A quarta parte cuida das trocas econômicas no campo internacional, dividindo-se em 2 títulos — movimento internacional das mercadorias e movimento internacional dos valores.

A quinta analisa o problema da repartição com um apanhado geral no primeiro título e estudos sôbre os salários, renda, juro e lucro, para terminar com dois capítulos sôbre os resultados globais da repartição.

Por fim, à sexta parte — as flutuações econômicas, fica o estudo, em três capítulos, dos movimentos econômicos e da conjuntura, das crises e ciclos econômicos e dos movimentos de longa duração.

Verifica-se da exposição do plano do "Précis" que houve nêle modificações substanciais, ainda que, na grande maioria dos casos, tenha sido conservada, quanto à matéria exposta, a própria forma da edição anterior. Nem seria possível recusar páginas de REBOUD que, na sua admirável precisão, apresentam absoluta atualidade.

O trabalho de GUITTON terá sido, assim, de dar feição ainda mais didática e mais moderna ao plano da obra, talvez mesmo com a preocupação leal e honesta — diante da excelência do trabalho em que ia colaborar — de conservá-lo, tanto quanto possível, mercedamente consagrado que é.

Não resta dúvida de que, se, em alguns casos, como lembrou RENÉ COURTIN, em a nota bibliográfica que escreveu na *Revue d'Économie Politique*, vol. 61, pág. 823, poderia dar-lhe características novas, correria o risco de quebrar-lhe a unidade e de tirar-lhe a qualidade, que várias gerações de estudiosos lhe deram, de obra séria e segura, consubstanciando noções aceitas como exatas e firmadas.

COUTRIN lastima, por exemplo, que GUITTON conserve o parágrafo destinado à definição, que permanece focado ("centré") sôbre a noção, realmente abandonada, de riqueza, e não cuide das discussões recentes às quais o próprio GUITTON consagrou, faz pouco, a análise profunda e ampla do seu *L'Objet de l'Économie Politique*.

Antes de mais, permita-se-nos discordar do mestre da Faculdade de Direito de Paris. A definição de REBOUD, *data venia*, não se enquadra na noção de riqueza. Na oitava edição (ed. anterior) do *Précis*, págs. 3 e 4, conservadas na edição que comentamos, REBOUD, tratando da definição da Economia Política, assinala:

"On peut la définir en disant qu'elle a pour objet l'étude de l'activité que les hommes vivant en société déploient pour satisfaire leurs besoins matériels et augmenter leur bien être. En d'autres termes, elle a pour objet la vie économique". (Os grifos são do original).

E continua:

"On a donné de l'économie politique une multitude d'autres définitions dont quelques unes ont le tort de présenter les biens ou les richesses comme l'objet principal de son étude".

"... comme si elle était avant tout une science de choses, comme si les hommes étaient faits pour les biens et non l'inverse..." (Os grifos são nossos).

Verifica-se, pois, que o próprio REBOUD condenava a definição em função da *riqueza* e, de certo modo, poderia ser incluído naquela direção apontada por GUITTON como representando a moderna concepção humana da Economia.

Não contestam essa interpretação as considerações de REBOUD a propósito da relações entre a Economia e a moral, também conservadas na edição nova.

Certo é que, como assinala ROBERT MOSSÉ, na bibliografia analítica e crítica que encerra o estudo de GUITTON sobre o objeto da Economia Política (págs. 160-161), o *Précis* continua a representar "um notável esforço para traduzir o estado atual do conhecimento econômico, sob forma rigorosamente científica e objetiva", "plenamente satisfatório para quem busca adquirir conhecimento sólido e formar julgamento são e equilibrado".

Dai a acolhida franca que merece e que encontrará, sem dúvida, entre os nossos estudiosos dos problemas econômicos, como suma das mais completas e exatas que a bibliografia econômica nos oferece. — OSCAR DIAS CORRÊA.

TRAITE' D'ÉCONOMIE POLITIQUE, publicado sob a direção de LOUIS BAUDIN, por LOUIS BAUDIN, PIERRE FROMONT, ÉMILE JAMES, GASTON LEDUC, ANDRÉ MARCHAL, ALAIN BARRÈRE, MAX CLUSEAU, GÉRARD DEHOVE, A. GARRIGOU-LAGRANGE, JOSEPH LAJUGIE, HENRI GUITTON, P. HUGON, J. MORINI COMBY e A. MURAT. Vol. 1.º, 960 págs. Librairie Dalloz, Paris, 1951.

A bibliografia francesa de Economia Política, que nos apresenta alguns dos mais concisos e completos manuais da ciência, oferece-nos agora, com o *Traité, publicado* sob a direção de BAUDIN, segundo se assinala no próprio prefácio do primeiro volume (único publicado por enquanto), "o primeiro Tratado coletivo de Economia Política, em dois volumes, correspondendo ao programa da licença em direito".

Pode compreender-se a dificuldade que a elaboração de tais obras encerra, superior à das realizações individuais. E isto porque, além de tudo, surge a necessidade de harmonização de opiniões, nem sempre fácil e consegüível, principalmente em matéria como a Economia, onde a incerteza e mobilidade dos con-